

## REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO: Entre os Desafios do Refúgio e a Resistência

*CONGOLESE REFUGEES IN RIO DE JANEIRO: Between the Challenges of the Refuge and the Resistance*

REFUGIADOS CONGOLEÑOS EN RÍO DE JANEIRO: entre los desafíos del refugio y la resistencia

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender formas de resistência de refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro por meio de duas principais formas: pelo mercado de trabalho, que tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelo grupo e; pela organização em comunidade em que se articulam, tornando-a a principal fonte de apoio e integração entre eles e à sociedade brasileira. Para isso, utilizaram-se relatos de congolese em entrevistas não-estruturadas para conhecer tanto as necessidades, bem como as estratégias utilizadas pelo grupo para vencer barreiras cotidianas.

**Palavras-chave:** Refugiados. Congolese. Resistência. Integração. Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

The present work aims to comprehend forms of resistance of Congolese refugees in the city of Rio de Janeiro through two different ways: by the job market, which has been one of the greatest challenges faced by the group and; by the organization in the community, where they articulate, making it become the main source of support and integration between them and the Brazilian society. For this, were used reports from Congolese in non-structured interviews to learn about the necessities and strategies used by the group to overcome daily barriers.

**Keywords:** Refugees. Congolense. Resistance. Integration. Rio de Janeiro.

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender las formas de resistencia de los refugiados congolese en la ciudad de Río de Janeiro, por medio de dos formas principales: el mercado laboral, que ha sido uno de los grandes desafíos enfrentados por el grupo; y la organización comunitaria en la que se articulan, que se ha convertido en su principal fuente de apoyo e integración con la sociedad brasilera. Para tal fin, fueron utilizados los relatos de los congolese a partir de entrevistas no estructuradas, para conocer tanto sus necesidades, como las estrategias utilizadas por el grupo para superar las barreras cotidianas.

**Palabras-clave:** Refugiados. Congolese. Resistencia. Integración. Río de Janeiro.

 Fabiana Lemos Sant'Ana <sup>a</sup>  
 Maria Lucia Pires Menezes <sup>b</sup>

<sup>a, b</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora  
(UFJF)

DOI: 10.12957/geouerj.2022.52463

**Correspondência:**

fabianalemos@rocketmail.com  
luciamenezes0308@gmail.com

**Recebido em:** 10 jan. 2022

**Revisado em:** 12 jan. 2022

**Aceito em:** 09 fev. 2022



## INTRODUÇÃO

A migração nem sempre faz parte de um planejamento, mas de uma necessidade emergencial. É o caso do refúgio, que se caracteriza como migração forçada. Não existe a possibilidade de organização em alguns momentos de decisão para onde se vai ou como viver. Muitas vezes a mudança não é fruto de um desejo, ao mesmo tempo em que se projetam sonhos de sucesso econômico, de vida melhor e reconstrução. O presente artigo tem como objetivo conhecer, por meio das práticas de resistência de congoleses na cidade do Rio de Janeiro, as formas como se colocam como protagonistas de suas ações, e sujeitos sociais na superação das barreiras e desafios do refúgio.

Esta pesquisa é parte do trabalho de mestrado em geografia da autora, que identificou as relações de trabalho como um dos principais desafios enfrentados pela comunidade congolesa no Rio de Janeiro. Comunidade congolesa é o nome utilizado para se referir ao grupo de pessoas refugiadas oriundas da República Democrática do Congo (RDC). Assim, chamada de comunidade, uma fonte de resistência apontada como forte, unida, onde se encontra abrigo e apoio.

Para isso, busca-se compreender tais práticas por dois principais pontos: pelo trabalho, por meio de suas formas de sobrevivência no mercado de trabalho, e pela comunidade, como se articulam em comunidade tornando-a a principal fonte de apoio e integração entre eles e a sociedade brasileira. Isso se dá pela análise dos relatos obtidos em entrevistas não-estruturadas e ações de quatro refugiados congoleses: sr. Y, 27 anos, morador no centro da cidade; sra. N, 31 anos, moradora no bairro Brás de Pina; sr. D, 44 anos, morador no centro; e sra. S, 45 anos, moradora no bairro Ilha do Governador. Além da entrevista com representantes das instituições Cáritas e CEPRI (Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes), instituições estas apontadas como principais referenciais de apoio a comunidade.

## DESENVOLVIMENTO

### Contextualização: da República Democrática do Congo ao Brasil

Antes, é basilar para este trabalho a definição de refugiado:

Pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país” (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, art.º 1.º - A, n.º 2, de 1951, com as alterações introduzidas pelo Protocolo de 1967) (OIM, 2009, p. 62).

Para refugiados congoleses, a motivação pela saída está ligada ao longo conflito geopolítico que envolve a RDC. O país, desde 1961, ano de sua descolonização, passa por instabilidade política, governos ditatoriais e corrupção, além de conflitos na região leste, que envolvem questões étnicas, fronteiriças, exploração de recursos naturais e formação de milícias, o que atinge diretamente a população civil.



A RDC foi colônia da Bélgica entre os anos de 1885 até 1961, sendo que, após os processos de descolonização, experimentou grande instabilidade econômica, governos ditatoriais, desavenças políticas, escassez nos serviços públicos, e conflitos políticos e étnicos que tiveram como auge a grande Guerra do Congo em 1998. A guerra envolveu não só a RDC mas outros sete países vizinhos – Zimbábue, Angola, Chade, Namíbia, Ruanda, Burundi e Uganda –, culminando no aumento de saídas de refugiados do país, também coincidindo com o início das entradas de congoleses no Brasil e no Rio de Janeiro.

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Cáritas), uma instituição de apoio a imigrantes e refugiados no Rio de Janeiro, assinalada como principal referência na chegada dos congoleses, aponta para a consistência da presença de congoleses no estado no ano de 2014, em que já representavam 36% do total de refugiados, chegando a 40% em 2015, sendo o grupo com maiores números de solicitação. Nos últimos anos, houve relativa diminuição do número de entradas e, em 2019, era a segunda em população, atrás da entrada de venezuelanos na cidade. As entradas em maioria são de homens, na idade adulta.

As condições de saída, muitas vezes com fuga rápida e violenta, de imediato demonstram a falta de opção ou escolha, que é o que define o processo de refúgio, a migração forçada. Dentre os entrevistados, as motivações encontradas para saída variam: dois moravam nas regiões de conflito no leste do Congo, região dominada por violência e enfrentamentos entre milícias e tropas do governo, atingindo também a população civil; já outros dois entrevistados moravam na capital do país Kinshasa, sendo questões políticas os principais problemas enfrentados pelos refugiados vindos da capital. Além disso, há o apontamento por todos da falta generalizada de direitos e acesso a serviços básicos no país, como saúde e educação. Desse modo, a saída foi planejada rapidamente, e todos disseram que o Brasil não foi uma escolha feita por eles, e que só ficaram sabendo que viriam para o país no momento da viagem ou muito próximo dela.

Tannuri (2010, p.206), ao realizar sua pesquisa com os refugiados congoleses na cidade do Rio de Janeiro, também aponta para a fuga como a principal motivação, mas alerta que as condições que envolvem a saída, como os recursos financeiros, o envolvimento de familiares, o trajeto realizado e até mesmo a força que cada indivíduo possui para tal ação, são também possibilidades e organização desses indivíduos. Com tempo ou não para programação, existe decisão e escolha, mesmo que em condições mínimas, de modo que isso os configura também como sujeitos ativos nesse “processo decisório”.

Os quatro entrevistados descobriram o destino muito próximo da saída, e precisaram de intermediários para conseguir documentação, como o visto para o Brasil e a compra de passagens, sendo que todos vieram por meio aéreo. Esses intermediários são chamados popularmente de “coiotes”. Sr. Y., um dos entrevistados, foi o único que veio com a família por meio do processo de reunião familiar, já que seu pai já estava presente no país; mesmo assim, necessitou da ajuda dos intermediários para concluir a viagem.



É importante ressaltar que tais possibilidades estão acompanhadas de certa condição financeira, sejam economias guardadas e/ou contribuição de familiares. As viagens exigem pagamentos de passagem, de documentos e aos coitotes. Não é a realidade da maioria dos congoleses: segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), dentre os atingidos pelos conflitos, a maioria são de deslocados internos (cerca de 4,5 milhões de pessoas), outra parte busca refúgio em países na própria África subsaariana (cerca de 1 milhão de pessoas) e, somente uma pequena parcela desses saem do continente africano.

### Refúgio e resistência

Menezes e Cover (2018) entendem migrantes como sujeitos sociais ativos nesse processo, sendo assim, “não são agentes passivos de forças estruturais ou de fatores de ‘expulsão’ ou ‘atração’” (p. 79), baseados em Piscitelli (2008), na noção de “sujeitos constituídos mediante a experiência” (p.81). As experiências são constituintes do imigrante como sujeito, afirma Piscitelli (2008, p. 269) ao estudar mulheres brasileiras migrantes. Os migrantes são afetados a partir das condições de deslocamento, e também possuem enfrentamentos para além de serem migrantes, mas que relacionam outras categorias como gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Sendo assim, essas experiências os tornam sujeitos em diversos aspectos e espaços, seja no trabalho, na política, em comunidade, ou na família (MENEZES; COVER, 2018, p. 79). Ainda, baseiam-se na categoria de agente:

Embora a noção de agente se corporifique nos indivíduos, esta não é atribuída unicamente a estes. Pois esta capacidade de agente é também o elemento constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, aparecem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre os atores etc. A concepção geral de “agente” ou de “capacidade de agente” assume como um a priori que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais (MENEZES; COVER, 2018, p. 81).

Desse modo, refugiados congoleses no Brasil enfrentam a realidade brasileira, que varia principalmente entre a imagem de ser refugiado, de ser negro e de vir do continente africano. Os entrevistados apontam a dificuldade relacionada à desinformação que perpassa aspectos da vida cotidiana. O desconhecimento do que é ser refugiado entre os brasileiros possui implicações no trabalho e na integração social; também o desconhecimento sobre o continente africano faz com que sofram com a xenofobia, e ser negro no país é encontrar dificuldades com o racismo presente desde as ações individuais até a estrutura do próprio Estado. Em contrapartida, esses refugiados carregam conhecimento, história, memória e força, que os permitem se reinventar para viver no país: tornam-se agentes de suas próprias histórias.

Antes de discorrer acerca das formas de resistência, apresentam-se aqui dois rápidos relatos de refugiados sobre encontros com brasileiros, nesse caso os brasileiros variam entre instituições, empresas e relações pessoais, mas cabe ressaltar que essa visão contribui para a formação de estratégias que os permitem sobreviver no país.



Sr. Y diz sobre seu cotidiano, já morando no Brasil por dez anos. Conta que sempre que é chamado para qualquer tipo de atividade, é visto como refugiado. Ele reclama que não olham sua formação – já que ele é formado no ensino superior do Brasil (possui duas graduações realizadas e concluídas no Rio de Janeiro, Filosofia e Línguas Latinas, e História Romana) – ou mesmo seu currículo, sempre sendo chamado para atividades que envolvam a temática do estrangeiro, do refugiado, indicando que nunca foi inserido de fato na sociedade, ao mesmo tempo em que na mesma imagem está inserido o valor de inclusão, seja em empresas ou eventos. Já sra. N comenta sobre as relações com as instituições de apoio aos refugiados, relatando que, diante das dificuldades financeiras, o grupo necessita de doações, sejam de alimentos, roupas, material escolar para as crianças, etc. Sendo assim, são chamados para ajudar em campanhas de arrecadação e suas imagens veiculadas como propagandas, ainda que muitas vezes não recebem o que de fato necessitam.

A imagem nesse caso entra de forma ambígua. Se por um lado fortalecem empresas, eventos, instituições, por outro, podem firmar uma imagem negativa para o grupo, de “coitados” ou necessitados, como aponta sr. Y, mesmo com o ganho de doações revertendo em seus benefícios, a necessidade de integração fica em segundo plano.

Após as experiências iniciais, o grupo hoje já se articula. Os trabalhos nos salões são prioridade ou a renda própria, quando chamados, estudam a proposta, e só aceitam quando há de fato alguma forma de conversão em prol da comunidade.

Souza (2014), ao escrever sobre a resistência do refugiado, esclarece que essa passa pelo direito de existir – não é apenas sobrevivência, há um novo sentido para a vida, envolve força, criatividade e busca de possibilidades, diferente do que é dado como proteção “humanitária”:

O problema em relação à proteção “humanitária” da vida nua é que ela se sustenta sobre a piedade, isto é, no amor à vida, mas a vida fraca, doente, reativa, o que equivale, em última instância, à despotencialização da resistência. Capturado pelo engodo da sacralidade do direito à vida, o humano percebe a vida como concessão do (poder) soberano. A experiência das lutas – inclusive a dos refugiados e imigrantes – entretanto, mostra que é a própria vida que reclama seus direitos. Neste sentido, o direito originário não é o direito à vida, mas o direito à resistência; ela é sempre primeira, como constituinte mesmo da vida, como ontologia do humano. É ela quem cria, garante e amplia todos os demais direitos, inclusive o que se chama direito à vida (SOUZA, 2014, p. 114).

É nesse aspecto que se aborda a garantia dos refugiados, a partir de si mesmos, do direito de existir através de suas formas de resistência, adaptadas ao contexto da cidade do Rio de Janeiro.

### **Práticas de resistência no trabalho**

Um dos grandes desafios entre refugiados congolezes é a inserção no mercado de trabalho. Com a chegada no Brasil, a língua é o primeiro dificultador, já que falam o idioma francês (língua oficial) e outras línguas maternas. Sendo assim, inicialmente utilizam-se de cursos de português realizados por instituições de apoio a refugiados e imigrantes. Outro dificultador apresentado é a documentação, principalmente o protocolo de solicitante de refúgio, uma folha que não possui foto e nem é permitida a plastificação. Nesse caso, dois pontos



são levantados, advindo de experiências dos refugiados com empregadores: primeiro o desconhecimento – para o empregador, o protocolo não constitui um documento legítimo; outro ponto é pela instabilidade, pois o empregador não se sente confiante em contratar alguém que ainda não possui garantia de permanência no Brasil. Ainda, vale ressaltar que a maioria dos postos de trabalho ocupados pelo grupo é de serviços gerais como limpeza, carga e descarga, ou seja, trabalhos que exigem pouca qualificação profissional e, portanto, oferecem baixos salários. Importante salientar que a média do grupo em questão de formação é o equivalente ao ensino médio no Brasil, no entanto, mesmo pessoas que possuem formação superior não encontram trabalhos referentes às suas qualificações, e muitos não conseguem sequer comprovar a formação, mediante validação de diplomas, entrando em um estado de desânimo, ou mesmo de incompreensão. Destaca-se na pesquisa, os relatos dos refugiados que enunciam suas vivências através das entrevistas, bem como outras informações também expostas por Tannuri (2010):

Na esfera do trabalho devem ser ressaltados dois pontos: a dificuldade generalizada de conseguir um emprego (ainda que temporário) e a vivência da situação de desemprego por uma parte muito expressiva dos refugiados congolezes.

Há uma unanimidade nas declarações de congolezes e congolezas quanto a grandes dificuldades para conseguir trabalho. O fator a que atribuem o maior peso, em um conjunto de dificuldades, é a barreira da língua portuguesa. Neste sentido, apontam como maior problema a falta de uma assistência aos refugiados para que possam aprender o português em um nível de proficiência da língua que seja suficiente para permitir ou facilitar a obtenção de um trabalho (TANNURI, 2010, p.225).

Além da barreira linguística, sr. Y sente que, por serem refugiados, são tratados como inferiores, não sendo valorizados em suas formações. A falta de trabalho e a conseqüente busca por alternativas para a sobrevivência gera decepção e danos psicológicos.

(...) porque todo mundo tá nisso mesmo né, a gente é mal visto, não como profissional, a gente é visto como refugiado, o refugiado é um coitado, não é isso, temos professor, temos engenheiro, temos doutor, mas eles querem empurrar a gente na área de empreendedorismo, também na área de cultura, ninguém quer ver o advogado, porque temos advogado, alguém que fala, tem um amigo meu, o cara é doutor em direito, o cara tem 29 anos, um jovem, o cara só passou a vida dele a estudar, o cara trabalha de camelô, o cara trabalha aqui na central, (...) se você andar comigo aí você chora, rir porque você vê história de superação, você vê essas pessoas te dando força, um dia depois você pergunta, cadê essa pessoa que estava aí, ela morreu de depressão<sup>1</sup> (informação verbal).

Como alternativa ao desemprego, os congolezes na cidade do Rio de Janeiro qualificam-se no cuidado de cabelos. Dando ênfase à beleza africana e à cultura, nas variações de cores, tranças e cortes, esses se especializam e atendem ao público brasileiro, que ainda saem conhecendo um pouco mais da cultura congoleza após os minutos ou horas que passam nos salões espalhados pela cidade.

Sr. D tem um salão no centro da cidade, possui um papel de liderança na comunidade e já formou muitas pessoas. Ele aponta que muitos chegam sem saber cortar cabelo e fazer barba nos clientes, assim, ele dá o curso, incentiva o empreendedorismo, diz que hoje no estado do Rio de Janeiro existem mais de quarenta salões de congolezes, e muitos aprenderam com ele. Em seu salão, ele aluga cadeira para jovens iniciantes e

---

<sup>1</sup> Trecho da entrevista realizada com Sr. Y, em julho de 2019.



recém chegados. Lá cada um trabalha como melhor entender, tem autonomia e já utiliza inclusive a documentação de Microempreendedor Individual (MEI). No salão, a maioria a trabalhar são homens, mas sua esposa também faz tranças. O salão tem função de formação: “(...) aqui no salão a gente atende de segunda a domingo a gente tem os alunos, inclusive começamos com 10 alunos novos, a gente também faz a capacitação, ensina a cortar cabelo e insere no mercado de trabalho, isso aí é o que eu consigo dar”<sup>2</sup> (informação verbal).

No bairro de Madureira está localizado no salão de sra. N, um salão feminino. A dinâmica é a mesma do salão do sr. D, servindo também para formação de congolesas recém chegadas na cidade, como destaca: “(...) mesmo que ela não saiba fazer cabelo, a gente traz aqui para o salão para ficar aprendendo, mesmo que seja pra ganhar 1 ou 2 reais, pra cuidar da família”<sup>3</sup> (informação verbal). Várias mulheres trabalham fazendo tranças, alongamentos de cabelo, em vários formatos e várias cores. Sra. N conta que muitas também nunca haviam trabalhado na RDC como cabeleireiras, mas chegando no Brasil viram a atividade como uma possibilidade profissional diante das dificuldades; cada uma também tem sua cadeira e suas clientes. Dessa forma, organizam-se para a geração de renda e emprego, sendo atualmente a principal atividade entre o grupo.

Ainda, os salões reproduzem um espaço africano, as línguas maternas faladas pelo grupo, o alimento típico do país no horário de almoço e a música tocada no ambiente, torna-se um local de acolhimento entre os conterrâneos vindos da RDC. Para os brasileiros – maioria da clientela – um espaço de aprendizagem, de conhecimento sobre outra cultura, além de proporcionar quebras de preconceitos por meio dos diálogos entre congoleses e brasileiros.

Em entrevista com sra. S, ela ressalta a prática do cuidado dos cabelos, do fazer penteados e tranças, cultura praticada desde muito jovem em seu país: “ (...) Mas o que faz mesmo a beleza do meu país são as tranças, criança faz, criança de 5 anos pode fazer, ta no sangue, na veia, faz com um facilidade, a trança nagô por exemplo”<sup>4</sup> (informação verbal). Conhecimento adquirido sem intenção profissional, que se faz surgir como alternativa criativa em meio às adversidades.

Interessante perceber que, para além da cultura trazida do país de origem, o grupo contribui não apenas esteticamente ou como prestação de serviços, mas também na formação da identidade negra brasileira. Como Gomes (2008) aponta:

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (GOMES, 2008, p. 2).

No Brasil, a identidade negra é construída historicamente frente ao racismo estabelecido no país, sendo assim, o ato de cultivar o cabelo, fazer trança, possui traços de resistência, já que retoma histórias e memória

<sup>2</sup> Trecho da entrevista realizada com Sr. D em fevereiro de 2019.

<sup>3</sup> Trecho da entrevista realizada com Sra. N em fevereiro de 2019.

<sup>4</sup> Trecho da entrevista realizada com Sra. S em fevereiro de 2019.



(CLEMENTE, 2010). Pode-se compreender, assim, que há um compartilhamento de valores entre brasileiros e congoleses em meio às formas de resistência.

A alternativa encontrada garante o sustento para a família no Brasil, além da possibilidade do envio de remessas para familiares na RDC. Não se trata de uma escolha pela profissão, mas de uma prática de resistência frente ao desemprego no Brasil, em que se sobressai a criatividade em meio ao conhecimento já presente anteriormente, no cotidiano do país de origem.

### Resistência em comunidade

Neste trabalho, já se utilizaram os termos grupo e comunidade. Entre os entrevistados existe uma tendência de não falar por si só, mas pela própria *comunidade*. Mesmo com as diferenças advindas do país de origem, que envolvem questões étnicas, linguísticas, culturais e políticas, ao chegar no Brasil, o grupo se acolhe e se torna unido, assumindo a identidade de congoleses refugiados no Brasil. A chegada ao Brasil já os coloca em contato, sendo indicados pelas redes de apoio, pelas próprias instituições e logo são parte da “família”. Entre eles há contribuição na formação, na moradia, na alimentação e ainda contam com as lideranças, que estão sempre trabalhando em prol da melhor inserção da comunidade no Brasil, formando redes de apoio e buscando recursos. As relações se estreitam ainda mais nos eventos realizados como festas, casamentos e atividades religiosas.

No estado do Rio de Janeiro existem pelo menos quatro grupos, em que se concentram as comunidades. Atualmente, existe concentração de congoleses no bairro Brás de Pina e Barros Filho na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Jardim Catarina na cidade de São Gonçalo, e no bairro Gramacho na cidade de Duque de Caxias. A primeira grande concentração do grupo se iniciou no bairro Brás de Pina, os outros novos agrupamentos aconteceram principalmente pela especulação imobiliária tendo como consequência o aumento do preço dos aluguéis, outro motivo foi o aumento da violência, assim a busca por locais com maior segurança “principalmente mulheres com filhos desacompanhadas de marido”<sup>5</sup> (informação verbal).

Entre os grupos, foram identificadas pelo menos três lideranças, uma na primeira comunidade estabelecida, outra na região central da cidade do Rio de Janeiro, e outra na região da baixada fluminense no estado, isto posto, salientamos que as redes de apoio e de influencia ultrapassam a cidade do Rio de Janeiro abrangendo também sua região metropolitana. Ainda existem outras lideranças religiosas bastante influentes entre os congoleses. As lideranças possuem papel fundamental dentro da comunidade, pois são mais antigas e mais bem estabelecidas financeiramente; existe também uma relação hierárquica de respeito aos mais velhos e/ou mais experientes na cultura do país, de modo que estes têm grande relevância dentro da comunidade (TANNURI, 2010). Assim, articulam-se com instituições e prestam apoio, o que inclui orientações quanto à

---

<sup>5</sup> Trecho da entrevista realizada com a representante da Cáritas, em julho de 2019.



documentação, à moradia, contribuição financeira, formação profissional, além da partilha de informações que cooperam com a integração e permanência dos refugiados na cidade<sup>6</sup> (informação verbal).

Desse modo, a relação comunitária em que os congoleses se organizam é uma forma de resistência. No processo de reterritorialização, o grupo se estabelece adaptando-se às diferenças, não se trata de uma transposição das formas de vida do país de origem, mas de recriar sua identidade. Morando no Brasil, como refugiados, os congoleses partilham novas experiências, mesmo assim, não se assimilam totalmente ao modo de vida do país, seja na alimentação, no uso da língua, nas formas de educação dos filhos, nas práticas religiosas, principalmente no âmbito familiar cotidiano e nos encontros do grupo. Ao mesmo tempo, aprendem outros modos culturais brasileiros, adaptam-se às escolas, aos direitos e deveres trabalhistas, e ao uso dos serviços públicos, sem deixar de manter características essenciais entre eles. Haesbaert (2016) salienta que a identidade do imigrante não é uma transmutação nesse processo:

Claro que a identidade em seu sentido reterritorializador não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um amálgama, um híbrido, onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o Outro faz do indivíduo migrante (HAESBAERT, 2016, p. 249).

Nesse caso, a imagem do refugiado tem grande influência no processo de reterritorialização. Pode servir como estratégia de integração, de passar conhecimento, ao mesmo tempo em que é necessária a sensibilização da sociedade que o recebe. Assim, assumem a identidade, fortalecem-se em comunidade como apoio ou como alternativa às dificuldades enfrentadas na cidade. Entre eles mesmos, encontram amparo que tanto o Estado quanto as instituições falham em fornecer para a integração local como, por exemplo, nos desafios enfrentados para abrigo, ou diante do desemprego, e nas informações iniciais básicas sobre como viver no país.

Nesse sentido, cabe relacionar os conceitos de reterritorialização e rede, a construção de territórios em rede, ou como denominado por Saquet e Mondardo (2008), reterritorialização em rede. As relações construídas tanto por migrantes como por não-migrantes criam redes sociais que conectam território de origem e de destino, ou seja, no processo de desterritorialização e reterritorialização, como salientam:

Assim, durante as migrações, as redes são tecidas através do cotidiano, das relações entre amigos, parentes e não-migrantes, na igreja, no trabalho, na rua, na festa, enfim, na miríade de relações sociais que vão reterritorializando o migrante no território de destino (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 125).

Haesbaert (2016, p. 249) destaca que a des-territorialização carrega a complexidade da 'entidade "migrante"', tendo como somatório de "diversas condições sociais e identidades étnico-culturais", diferenciadas a partir das classes socioeconômicas, bases de apoio, acesso à cidadania, manutenção da identidade, dispondo de referências que possibilitam sua reterritorialização. Dessarte, refugiados congoleses encontram apoio comunitário que possibilitam a manutenção socioeconômica e da própria identidade, contando atualmente com

---

<sup>6</sup> Informação extraída da entrevista realizada com uma das representantes do CEPRI, em julho de 2019.



instituições de apoio brasileiras para questões mais burocráticas, relacionadas principalmente à documentação.

Em entrevista com uma representante da instituição Cáritas e com a representante do Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes (CEPRI) da Casa de Rui Barbosa – ambas instituições apontadas pelos próprios refugiados como referência para eles –, foi falado que não há congolês desamparado na cidade, em função da ação participativa, da comunidade e de suas lideranças. Segundo a representante do CEPRI, “são eles por eles”<sup>7</sup> (informação oral), referindo-se à estrutura da comunidade que, mesmo com pouco financiamento, articula-se em não desamparar qualquer um dos membros. Segundo Gyekye (2002), o comunitarismo é uma estrutura social africana; para ele, não é uma característica que marca as sociedades, mas o que define o modo de vida social e individual do africano. No Rio de Janeiro, ao seu modo, a comunidade reproduz tal estrutura como apoio primordial entre os refugiados congolezes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de saída do país de origem dá-se carregado de violência e incertezas, bem como a chegada ao Brasil, contudo, isso não impede que o refugiado congolês seja e se torne sujeito nesse processo, o qual envolve decisões, fuga, muita força e criatividade, para recriar e viver no novo país.

Para vencer o maior desafio apresentado a eles, que é o desemprego, dão sentido a conhecimentos que já carregam desde o país de origem. Desenvolvem estratégias profissionais ao ativar memórias e a própria cultura com os salões, nos cortes de cabelo, barbearia e tranças, vendo no cabelo a possibilidade de rendimentos. Isso não está desconectado da formação comunitária, que é estrutura no país de origem. Recriam-se como comunidade congoleza no Rio de Janeiro, assim, o apoio e a integração do grupo no país é, de certa maneira, assegurado pela própria comunidade, frente às deficiências do Estado e das redes de apoio presentes. A articulação entre a comunidade e seus líderes nos diversos grupos existentes na cidade são fundamentais para a permanência dos congolezes, caracterizando resistência na busca pelo direito à vida.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Números do refúgio no Rio de Janeiro**. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros\\_do\\_refugio\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_abr\\_2016.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros_do_refugio_no_rio_de_janeiro_abr_2016.pdf). Acesso em: 18 abr. 2020.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para Políticas**. V. II, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOL.-II-PERFIL-SOCIO-ECONOMICO-DOS-REFUGIADOS-final.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

---

<sup>7</sup> Idem.



Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Refugees and asylum seekers from DRC**. Disponível em: [https://data2.unhcr.org/en/situations/drc#\\_ga=2.249110151.1853515454.1585797038-1380283569.1581647442](https://data2.unhcr.org/en/situations/drc#_ga=2.249110151.1853515454.1585797038-1380283569.1581647442). Acesso em: 18 abr. 2020.

CÁRITAS. **Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio**. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança Afro: a cultura do cabelo subalterno**. Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/247-754-1-SM.pdf>. Acesso em: 15 de mar 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Disponível em: <https://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>. Acesso em: 15 de mar de 2020.

GYEKYE, Kwame. Person and Community in African thought. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (Ed.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 297-312. Tradução para uso didático por Thiago Augusto de Araújo Faria. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwame\\_gyekye\\_-\\_pessoa\\_e\\_comunidade\\_no\\_pensamento\\_africano.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwame_gyekye_-_pessoa_e_comunidade_no_pensamento_africano.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. **Trabalhadores Migrantes: formas de resistência cotidiana**. Travessia: Revista do migrante, v. 31, n. 83, p. 79-83, 2018.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Glossário sobre Migração**. Direito Internacional da Migração, n. 22. 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Ano 11, nº. 13 p. 118-127, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SOUZA, Fabricio Toledo de. **O êxodo dos refugiados e o direito a resistir**. Revista Direito e Práxis, v. 5, n. 2, 2014, p. 101-117. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12931>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TANNURI, Maria Regina Petrus. **Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/758240.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.